

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) OCORRIDOS ENTRE 2003 E 2015

RELATÓRIO DE CPI Nº 1, DE 2019 - CIPBNDES

Apresentação de Complementação de Voto ao Voto em Separado por mim apresentado na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregularidades no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ocorridos entre 2003 e 2015.

Presidente: Deputado VANDERLEI MACRIS

Relator: Deputado ALTINEU CÔRTEZ

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO AO VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO SANDERSON

Em virtude do proveitoso debate que resultou em sugestões que tiveram o escopo de aprimorar a matéria em análise, apresento a seguinte Complementação de Voto com alterações ao meu Voto em Separado.

Preliminarmente, gostaria de registrar que, em 23 anos como Policial Federal, oportunidade em que me deparei com diversos tipos de delitos e participei de operações policiais que resultaram na prisão de diversos integrantes de organizações criminosas, nunca tinha me deparado com tamanha



corrupção generalizada perpetrada por uma organização criminosa que instalou no poder no período de 2003 a 2015.

Da minha parte, li e reli com atenção o relatório, os depoimentos colhidos e os diversos expedientes e documentos recebidos em resposta às demandas da Comissão.

Confesso que quando fui indicado para compor esta CPI e fui eleito 2º Vice-Presidente, não imaginava a magnitude do que estaria por vir com a abertura da chamada “Caixa Preta do BNDES”. Desde que foi instalada a CPI, em 02 de abril de 2019, foram realizadas 41 reuniões, 2 duas visitas técnicas, e apresentados 241 requerimentos, sendo 130 de informações e de diligências e 111 de convocação de depoentes.

É com tristeza que, da análise dos depoimentos, expedientes e documentos recebidos nesta CPI, posso me dirigir ao povo brasileiro e dizer: **a nossa Nação foi assaltada por um organização criminosa que se instalou no poder no período de 2003 e 2015!**

Antes, quando se criticava a esquerda no Brasil dizíamos em tom de brincadeira: Vá para Cuba! De fato, foram isso que eles fizeram. Não só foram para Cuba, como também para Venezuela, Angola e Moçambique. E o pior: levaram consigo recursos do BNDES e deixaram como legado uma inadimplência extraordinária. Se soubéssemos que isso iria acontecer, nunca teríamos dito isso a eles. Teríamos dito para irem direito para a cadeia, pois, lá, sim, é lugar de quem assalta os cofres públicos! Lá, sim, é lugar de quem se enriquece às custas do povo brasileiro, seja com um triplex no Guarujá ou com um sítio em Atibaia. Não por outro motivo, inclusive, presenciamos, hoje, um ex-presidente da república preso, que briga na justiça para permanecer preso! Lá, sim, na prisão, é o lugar desse tipo de pessoa.

O Brasil sofreu um golpe! Um golpe perpetrado por uma organização criminosa no período de 2003 a 2015, que se utilizou de recursos



* C D 1 9 9 2 0 3 0 2 2 1 0 0 *

do BNDES para financiar interesses particulares e partidários, em detrimento do direito à educação, à saúde e à segurança pública da população brasileira.

Destaco, aqui, a título de exemplificação, requerimento que apresentei, em 17/06/2019, solicitando a oitiva da Deputada Federal Gleisi Helena Hoffmann. Embora o requerimento não tenha sido apreciado por esta Comissão, os depoimentos colhidos e os diversos expedientes e documentos recebidos em resposta às demandas da Comissão indicam que a Sra. Gleisi Hoffmann foi supostamente beneficiada pelo aumento da linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a Angola.

A entrega de recursos teria acontecido, em síntese, do seguinte modo: i) O Ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, concedia, via Medida Provisória, crédito extraordinários em favor da CAMEX; ii) A CAMEX, cujo um dos integrantes era o Sr. Paulo Bernardo, marido de Gleisi Hoffmann, aprovava a destinação dos recursos para obras de engenharia da Odebrecht em Angola (sem qualquer tipo de estudo técnico); iii) O BNDES destinava os recursos para a Odebrecht, que executava as obras de engenharia em Angola; iv) A Odebrecht, por sua vez, destinava parcela dos recursos, via Caixa 2, para a campanha eleitoral da Sra. Gleisi Hoffmann ao Governo do Paraná.

Esses fatos foram descritos de forma de forma detalhada no Voto em Separado da Deputada Paula Belmonte, que sugeriu o indiciamento da Sra. Gleisi Hoffmann pela suposta prática dos crimes de organização criminosa, quadrilha (ou bando) e corrupção passiva.

De mais a mais, também restou evidente a participação da Odebrecht e da JBS nos esquemas criminosos apurados nesta CPI. No que tange a JBS, gostaria de propor uma alteração em meu Voto em Separado. Além de Joesley Batista, gostaria de sugerir a prisão preventiva, também, de Wesley Mendonça Batista, por existirem indícios suficientes de que a família Batista,



por intermédio da JBS, continua a perpetrar crimes contra a ordem financeira e econômica.

Em face do exposto e pelas precedentes razões, em complemento ao voto em separado por mim já apresentado, voto pela **aprovação** do relatório do Deputado Altineu Côrtes e pela **aprovação** do Voto em Separado apresentado pela Deputada Paula Belmonte, com o acréscimo de encaminhamento ao Ministério Público Federal de representação sugerindo o envio do pedido de decretação de prisão preventiva do Sr. Wesley Mendonça Batista, já qualificado nos autos do relatório em tela, conforme os elementos de prova apresentados neste voto em separado, e constantes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Sala da Comissão, em de de 2019.

SANDERSON
Deputado Federal (PSL/RS)

